

Apresentação

O projeto de um número da Revista *Sociedade e Estado* dedicado à análise do fenômeno da violência foi idealizado no final de 1993. Além da atualidade e interesse do tema em si, os Encontros Anuais da Anpocs de 1992 e 1993 contribuíram fortemente para que o projeto ganhasse concretude. Nestes dois períodos, a reunião de GTs ligados às questões rural e urbana, numa sessão única em torno da temática da violência, indicava a fertilidade de uma reflexão interdisciplinar, avançando o conhecimento teórico e, ao mesmo tempo, confrontando, comparando e sistematizando resultados de pesquisas empíricas. Desde então fixamo-nos como objetivo organizar um número da Revista que reunisse algumas das questões então debatidas, atualizasse o conhecimento produzido e trouxesse novos temas e possibilidades de análise.

A distância entre a intenção e sua concretização é produto de dificuldades inerentes ao fazer acadêmico, envolvendo, neste caso particular, além do trabalho intelectual, a questão financeira; dificuldades aliadas ao acaso e aos imponderáveis, em relação aos quais nosso poder de controle exibe seus limites humanos. Circunstâncias que, se chegaram a modificar ligeiramente o formato original do volume, em nada afetaram sua qualidade, a qual é resultado, sobretudo, da relevância e da competência das contribuições recebidas. O intervalo que nos separa do início dos trabalhos visando ao presente volume, reflete-se em uma cronologia distinta, no que diz respeito à elaboração dos textos apresentados, alguns deles datados de 1993 e apresentados na reunião da Anpocs daquele ano. Sob este aspecto, aliás, é importante ressaltar que a Anpocs serviu-nos de inspiração, não significando, no entanto, que o material apresentado neste volume seja o resultado destes encontros. Não houve esta intenção.

Para aqueles que se dedicam à análise do fenômeno da violência, o atual contexto brasileiro parece apontar para um momento em que

a realidade desafia e provoca especialmente a imaginação do sociólogo ou do cientista social. Os meios de comunicação de massa, em suas diferentes formas de manifestação, invadem cotidianamente nossos sentidos com espetáculos de horror que ora sinalizam a barbárie, ora nos colocam nas vésperas ou ante-vésperas de uma guerra civil, produzindo um deslocamento nos conteúdos do imaginário social, através do qual o mito do “homem cordial” vai cedendo espaço à “lei do mais forte” e aos imperativos do “salve-se quem puder e como puder”. Este imaginário passa, assim, a conviver com representações como as de rotinização e banalização da violência, reforçadas pelas de ineficácia do aparato legal de controle da ordem e de generalização da impunidade, compondo um quadro mental no qual se assume como inviável qualquer expectativa de reversão da situação de intranquilidade visualizada como predominante no cotidiano social, não apenas dos grandes centros mas, igualmente, do espaço agrário, onde os relatos de impunidade complementam este quadro sombrio que uma parcela da sociedade constrói de si mesma.

De fato, não é possível minimizar a importância e a gravidade das manifestações de violência, as quais conduzem muitos analistas, dentro e fora da universidade, a um diagnóstico de crise. Entretanto, não se pode tomar a realidade da violência pelas representações dela produzidas. Sobretudo porque, não é supérfluo relembrar, diferentes conteúdos valorativos e ideológicos são responsáveis por diferentes representações sociais da violência.

Neste contexto, a tarefa da universidade e, particularmente, a das ciências sociais, torna-se tão urgente quanto difícil. A simultaneidade entre o fenômeno e sua análise pode acarretar dificuldades interpretativas: nestes momentos a matéria-prima do fazer sociológico apresenta-se à reflexão a tal ponto conformada por conteúdos produzidos em outras esferas da vida social que se corre o risco de que a construção do objeto seja substituída, como já mencionado, por sua representação.

Para alguns, a ciência é, ela mesma, uma representação. No entanto, seu comprometimento com o rigor e o método, próprios da sua forma de abordar a realidade, distingue — ou deveria distinguir — o discurso científico sobre o real de outros “olhares” originados em outras áreas do conhecimento. Se as abordagens acerca da realidade são múltiplas, aquela efetuada pela ciência é, sem, dúvida, específica.

É esta a ótica a partir da qual o sociólogo "olha" o real. Um olhar para o qual todo o cuidado é pouco. No caso da análise da violência, um aspecto das dificuldades percebidas pela explicação sociológica situa-se no nível das relações entre a ciência e a ação. Considerando a gravidade do fenômeno e as urgências do momento, quando vozes vindas de diferentes segmentos sociais clamam por soluções, o sociólogo muitas vezes sente-se pressionado à ação. Uma das manifestações mais imediatas desta ação é a denúncia. Entretanto, se como cidadão o sociólogo pode, e até deve, se servir da denúncia como ponto de partida para a ação, de sua sociologia, ao contrário, espera-se que ela se distinga da denúncia, ultrapassando-a e criando as condições para pensar o problema social como questão sociológica, fazendo avançar as fronteiras do conhecimento. Só assim sua reflexão, realizada à luz de um instrumental que apenas a ciência proporciona, poderá, mantendo sua especificidade, vir a somar-se ou a contrapor-se a outras formas de conhecimento, contribuindo para que a ciência esclareça a ação, subsidiando (ou não) a intervenção no social.

É este enfoque específico, particular, e por isso mesmo único, que caracteriza a contribuição da universidade para o debate e para uma melhor compreensão da realidade brasileira contemporânea e de seus problemas mais recorrentes. No caso da temática aqui tratada, o olhar sociológico necessita, antes de mais nada, construir instrumentos teóricos claros que permitam definir o que é violência; não apenas distinguindo-a de suas representações, como afirmado inicialmente, mas distinguindo, igualmente, o conceito de suas manifestações empíricas, em relação às quais chama a atenção a magnitude do fenômeno, a qual, se não analisada com o necessário rigor teórico-metodológico, pode, pela própria eloquência dos números, obscurecer aspectos qualitativos. Como, por exemplo, aquele que revela uma característica fundamental do fenômeno da violência: sua extrema multiplicidade. Em outras palavras, ainda que se possa admitir que a violência seja algo difuso, no sentido de que penetra quase que a totalidade do tecido social, não é viável pensá-la como fenômeno singular, a ramificar-se uniformemente pelo conjunto social. Ao contrário, não existe violência, mas violências, cujas raízes são múltiplas, e cuja identificação é complexa; a ponto de qualquer tentativa explicativa ter que, de forma compulsória, considerar tal multiplicidade. Não sendo singular, mas plural, a violência não pode

ser sistematicamente identificada a uma única classe, segmento ou grupo social. Nem a supostos condicionantes territoriais, que explicariam sua existência, seja referida à sua maior incidência em determinados estados do país seja apontando para sua concentração em espaços específicos, no campo como na cidade. Assim, associar violência à pobreza, desigualdade, marginalidade, segregação espacial, etc., pode levar a desvendar apenas uma parte, importante mas insuficiente, da explicação sociológica do fenômeno.

A busca desta explicação leva a questionar, teoricamente, a matéria-prima da análise sociológica, isto é, a natureza das relações sociais, uma vez que é nas e pelas relações sociais que o social se constitui como tal, organizando um sistema de normas e valores que informam as práticas sociais e orientam as condutas dos indivíduos em sua vida prática.

Focalizando este caráter múltiplo do fenômeno da violência, haveria ainda que se considerar as formas ou os sentidos que a violência assume em seu processo de concretização. Sob este enfoque, poder-se-ia falar da violência como forma de dominação, da violência como forma de sobrevivência, da violência como afirmação da ordem institucional-legal, da violência como contestação desta mesma ordem, da violência como forma de manifestação de não-cidadania, da violência como forma de manifestação de insegurança, do medo, etc.

Identificar e analisar cada um destes tipos e formas de violência, percebendo, além do mais, suas diferenças, é condição para a sua construção sociológica. É neste contexto e dentro deste espírito que se situa a proposta da revista *Sociedade e Estado*. Este volume, dedicado ao tema da violência, busca contemplar o fenômeno em suas diferentes dimensões.

A violência está sendo abordada como objeto de reflexão teórica e como matéria-prima da análise empírica. Esta proposta reflete-se nos textos selecionados, os quais tanto contemplam o aspecto conceitual quanto refletem resultados de pesquisas voltadas à análise e ao registro da violência do cotidiano e de suas conseqüências para a sociedade brasileira.

A preocupação com a construção sociológica do fenômeno da violência é o eixo articulador do texto de José Vicente Tavares dos Santos para quem a violência se constitui em dispositivo de excesso de poder. Localizando no espaço das relações sociais a chave para a

compreensão do fenômeno, o texto de José Vicente efetua uma leitura (ou releitura) de autores clássicos e contemporâneos da sociologia. A partir do que ele define como uma dualidade tensa entre os enfoques sociológicos que privilegiam uma ótica de integração e consenso e aqueles que enfatizam a conflitualidade, o autor reflete sobre como a sociologia tem pensado a questão da constituição do social e de sua transformação no decorrer do processo civilizatório. Recorre também a Freud e à teoria psicanalítica das pulsões para, voltando em seguida à sociologia, afirmar que o “caminho sociológico para se compreender a violência segue pela reconstrução da complexidade das relações sociais, nas quais localizamos relações de poder, as quais estão se exercendo, em múltiplas formas, estruturais e genéticas, por um modo transversal aos vários eixos de estruturação do social”. A delimitação destes eixos e as múltiplas formas conflitivas de sua estruturação permitem compreender as relações de força e de dominação enquanto componentes violentos das relações sociais. É também desta perspectiva que poder, relações de poder e violência como excesso de poder constituem-se em variáveis importantes na argumentação teórica de José Vicente e conduzem a análise acerca das raízes sociais da violência na sociedade brasileira. Finalmente, o artigo aponta para as lutas sociais contra a violência e para o papel da sociologia enquanto ciência social aplicada, no processo de construção de “uma cidadania concreta”.

Este mergulho na realidade brasileira, iniciado por José Vicente, ganha profundidade no texto de Sérgio Adorno que faz uma radiografia da violência na sociedade brasileira, através de seu “painel inconcluso em uma democracia não consolidada”.

Retrocedendo na história, o autor começa por localizar a violência incorporada no cotidiano da sociedade agrária tradicional brasileira, assinalando, a seguir, como “ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência, em suas múltiplas formas de manifestação, permaneceu enraizada como modo costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado — isto é, moralmente imperativo —, de solução de conflitos decorrentes das diferenças étnicas, de gênero, de classe, de propriedade e de riqueza, de poder, de privilégio, de prestígio”. O painel elaborado por Sérgio Adorno retrata uma trajetória de violência que a democracia e suas conquistas recentes não modificaram, inviabilizando, portanto, a concretização efetiva

do estado de direito e reafirmando, na opinião de Adorno, uma história social e política de violência. Pano de fundo a partir do qual o autor analisa, apoiado em grande número de dados empíricos, os atores e as instituições da violência no Brasil.

A análise ressalta a necessidade de repensar os critérios e parâmetros utilizados para a definição da violência, os quais, limitados à criminalidade comum, acabam, muitas vezes, por reforçar o caráter de instituições insuspeitas atribuído, por exemplo, à família, à escola e às instituições públicas responsáveis pela administração da justiça e pela garantia da ordem. Mesmo sem se propor a conclusões definitivas, Sérgio Adorno indica pistas ou indícios para a compreensão destas inúmeras práticas de violência, cujo denominador comum é o fato de serem crescentemente percebidas como vias "normais" de solução dos conflitos. Sugere, entre outras possibilidades explicativas, o hiato existente entre direitos políticos e sociais, a qualidade da participação social, o caráter clientelístico e patrimonial das relações políticas. São "causas" que levam a pensar e a questionar a cultura e a própria sociedade como um todo. Neste sentido, a presença de uma cultura democrática, mesmo que convivendo com a permanência de uma cultura autoritária, para o autor, criaria a possibilidade de que a sociedade brasileira se construa como uma sociedade que recuse "perpetuar infinitamente o divórcio entre o mundo das leis e o mundo das relações pessoais".

A compreensão deste mundo das leis e de suas relações com os direitos humanos está igualmente presente no tema desenvolvido por Nancy Cardia. A partir de dados provenientes de pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos da Violência e pela Comissão de Justiça e Paz do Estado de São Paulo, o artigo propõe-se a analisar como a recorrente violação dos direitos humanos é percebida pela opinião pública (população) indagando, ainda, as conseqüências daí decorrentes para o processo de construção de uma "cidadania democrática". Depois de explicitar alguns mitos ou crenças que dificultariam a percepção da existência de injustiças, a autora lança mão da noção de "exclusão moral". Esta noção é o fio condutor através do qual são analisados os dados e apresentados os conteúdos constitutivos da percepção que tem a opinião pública sobre o tema, levando a autora à seleção do que seriam indicadores de exclusão moral e à análise de suas formas de manifestação em distintos grupos de indivíduos. Sugere, a título de conclusão, que "no Brasil, a exclusão

moral de grupos considerados à margem da sociedade pode estar sendo alimentada pela ausência de uma cidadania democrática, pela ausência de poder dos governados sobre os governantes, pela alienação destes governados da produção das leis e pela contínua transgressão de direitos sociais e econômicos. Deve-se enfatizar que este processo não é a regra. Alguns grupos reagem de modo diferente, não se fragmentam, resistem às violações, demonstram solidariedade, desenvolvem identidades coletivas e têm um sentido de justiça abrangente”.

Embora com enfoques distintos, os dois textos seguintes, igualmente fundamentados em resultados de pesquisa, têm em comum o mesmo universo empírico: as favelas.

Apoiada em um significativo volume de dados, Alba Zaluar analisa a criminalidade urbana violenta, as atitudes sociais dela decorrentes e suas conseqüências em relação ao comportamento político. Parte de estudos por ela realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, os quais “focalizaram e apontaram novas visões discriminatórias e conservadoras da sociedade e da política, como resultado do medo da criminalidade urbana violenta”. Apesar das distinções quanto à forma de organizar o espaço urbano, tanto o Rio como São Paulo desenvolvem estratégias de proteção, originando algum tipo de fechamento do espaço urbano e dos grupos sociais nele residentes.

Zaluar detém-se na análise do sentido da participação política dos movimentos sociais, entre os quais as associações de moradores, indicando suas dificuldades concretas de atuação neste contexto marcado pela violência. Com base na situação mais específica do Rio de Janeiro, e de algumas destas associações, a autora propõe relações significativas entre participação política e religião. Este ângulo de abordagem do problema mostra-se de grande relevância, ao abrir novas possibilidades para a compreensão das formas de participação política das camadas populares. Neste sentido, o texto de Alba não somente aponta novas questões como inaugura uma nova agenda de pesquisas, aprofundando as teorias que tratam da relação entre o político e o religioso e buscando compreender as novas ideologias da ação comunitária. Na opinião da autora, este é um passo necessário e visa, entre outros objetivos, a “enfrentar os novos medos e a atual simbolização deles na figura do diabo, assim como novas formas do discurso religioso mais conectado com a ação política do que com a econômica”.

O texto de Ana Maria Quiroga Fausto Neto também traz a favela como objeto de reflexão. O foco da análise são as relações entre a violência e os processos de dominação, pensadas a partir da análise das camadas sociais "excluídas". Iniciando por uma retrospectiva do processo de utilização do espaço urbano por estas camadas, Ana Maria vai explicitando percepções e representações de que são objeto não apenas estas camadas sociais mas, igualmente, seu *habitat*, ou seja, as favelas. Neste percurso a autora vai mostrando como episódios que compõem o quadro de insegurança, sentido como uma característica das grandes cidades, vão "levando a sociedade à desmontagem dos mitos civilizatórios, pacíficos e modernizadores que alimentavam o imaginário social brasileiro", e como, "além disto, a necessidade de buscar causas deste mal-estar da civilização urbana contemporânea faz desenterrar inúmeros estereótipos em relação a seus grupos e segmentos sociais", revigorando, inclusive, o mito das classes perigosas associado à pobreza em geral e a seu locus por excelência de moradia, a favela. A análise chega aos dias atuais evidenciando o dilema das populações faveladas de terem que "conviver não apenas com as imagens e relações sociais estigmatizantes impregnadas no imaginário e na prática social da cidade mas também com novas formas de dominação e uso da violência organizadas e mantidas no interior de suas próprias áreas." A partir daí, a análise concentra-se na compreensão das relações sociais internas ao grupo pesquisado e à elucidação da hipótese, que orienta a autora, de que não apenas a força e o medo explicam as relações entre as favelas e o crime organizado. Daí a importância de compreender a natureza da interação que se estabelece entre dominantes e dominados. Interação percebida pelos últimos como envolvendo conteúdos como Segurança, Proteção e Justiça, incarnados pelo pólo dominante, isto é, o poder paralelo do qual se investe o crime organizado, "legitimado" em função do contexto no qual ele se exerce. Para Ana Maria, quando as favelas voltam à cena nos anos 90, encarnam um novo tipo de exclusão e chegam a este palco como "representantes de um processo de globalização que tem, inerente a ele, uma territorialização segregada social e espacialmente, onde conflitos, desordens e ilegalismos são ao mesmo tempo conseqüências e causas de fissuras no tecido social desencadeadas por desigualdades e estigmatização históricas que foram reatualizadas e potencializadas pelos novos tempos".

É também de exclusão, estigma, discriminação, etc., que trata a análise de Nair Bicalho, sobre os operários da construção civil, em seu processo de construção de uma identidade coletiva de sujeitos coletivos, vivenciada na prática sindical e política, enquanto locus de reivindicação de direitos. Esta categoria de trabalhadores compõe, juntamente com outras, o contingente dos “trabalhadores urbanos pobres” os quais, segundo a autora, padecem não apenas da exclusão social: estão também excluídos dos interesses dos estudiosos e das prioridades tanto das organizações sindicais quanto das políticas públicas. Na busca de resposta para esta e outras questões pertinentes à participação social destes operários, Nair desenvolve uma minuciosa e competente revisão crítica da literatura pertinente ao tema. Faz isto como forma de delimitar seu objeto, revelando uma longa reflexão sobre as questões ligadas à situação da classe trabalhadora e às suas vivências de estigma, exclusão, impotência, ressentimentos, desamparo, etc. O quadro de exclusão delineado permite falar destes operários como de alguém que experimenta uma situação de “pária” imposta pela sociedade. A reflexão conduz à interpretação de que a violência praticada por estes trabalhadores (na forma de “quebra-quebra”, por exemplo) se coloca como resposta às injustiças sofridas e tem se caracterizado como estratégia espontânea de luta, tendo, inclusive, sentido político. A pergunta que a autora se faz não é distinta de outras trazidas por alguns dos textos deste volume: “qual a possibilidade de construção de uma cultura da cidadania junto a trabalhadores tão marginalizados da vida social e política? A partir desta indagação, Nair discute os caminhos que a reflexão deveria perseguir para chegar à compreensão do tema. Sua conclusão aponta para a possibilidade de os trabalhadores da construção civil constituírem-se como sujeitos coletivos e adianta que, com toda a fragilidade que preside a constituição destes sujeitos, é na fusão entre conflito e negociação que vai sendo forjada uma “cultura da cidadania” e que o sujeito coletivo, existente em estado virtual na sociabilidade dos canteiros de obras, adquire concretude.

O último artigo, de autoria de Vicente Faleiros, ao refletir sobre a realidade que é a violência contra crianças, aponta para questões importantes, em especial a preocupação com os riscos decorrentes da naturalização de práticas violentas contra as mesmas; práticas cuja ocorrência, longe de refletir conflitos de tipo esporádico, sina-

lizam traços da cultura brasileira. Traços estes que são informados por um tipo de representação social da criança como indivíduo desprovido de poder, de vontade, de discernimento. Dependente, portanto, da tutela das instituições, tanto privadas quanto públicas. Assim, a violência contra a criança incide diretamente na questão das relações de poder. Como analisado no artigo de Sérgio Adorno, a família de há muito deixou de ser uma cidadã acima de qualquer suspeita. Para Faleiros, “esta esfera doméstica das relações de poder entre os que têm capacidade, por um lado, e os incapazes por outro, está permeada pela violência dos mais fortes contra os mais fracos. Por ser doméstica esta violência não aparece socialmente, sendo mesmo acobertada”. Para tratar aspectos da relação entre violência, discriminação e intolerância, o autor questiona os estereótipos e explicita diferentes manifestações da discriminação e exclusão, apoiado em um vasto material empírico e em uma bibliografia pertinente.

Finalizando, Luiz Antônio Machado da Silva e Antônio Luiz Paixão expõem seus Pontos de Vista. O texto de Machado, centrado em uma análise minuciosa, atenta e crítica da cobertura da mídia ao episódio conhecido como a chacina de Vigário Geral, ocorrido há dois anos, questiona as representações sociais sobre a violência urbana, fenômeno, para ele, singular e distinto das demais formas de manifestação de violência. A apreensão do fenômeno, tal como caracterizado pela mídia (em especial a reportagem de 8 de setembro de 1993 da revista *Veja*), aproxima-se, na opinião de Machado, à maioria das interpretações acadêmicas sobre a questão da violência urbana, o que explicita, em termos da reflexão, o caráter paradigmático da citada reportagem e de seus conteúdos e a importância de tomá-la como objeto de análise.

Após analisar com profunda lucidez e pertinência os aspectos centrais do texto da *Veja*, questionando e recusando cada um dos princípios explicativos propostos explicita e implicitamente pela revista, sobretudo aqueles centrados na questão da ineficiência do aparelho repressivo, na crise institucional e na noção de criminalidade, o autor apresenta sua contribuição, alternativa às concepções criticadas. Sugere que a organização da violência nas grandes cidades não pode ser tratada como “desvio”, ou como conflito entre grupos politicamente orientados, com conseqüentes mudanças no quadro de dominação. Esta organização da violência de forma pri-

vada “produz novas regras de convivência, associadas a conteúdos de relações sociais também originais, instituindo um novo padrão de sociabilidade que não destrói, se substitui nem é alternativo à sociabilidade tradicional”

A análise de Paixão inicia com uma reflexão acerca da organização social da criminalidade, assinalando as mudanças nos padrões desta socialização, em decorrência da modernização agressiva que caracterizou a sociedade brasileira nos últimos trinta anos. Este ponto de partida, no entanto, é pretexto para que o autor entre no conteúdo principal de sua contribuição: o questionamento da explicação sociológica sobre a questão da criminalidade, aproximando-se consideravelmente, neste aspecto, das inquietações de Machado. Para o autor, “a preocupação dos sociólogos com o problema social do crime ilustra as dificuldades tanto cognitivas quanto institucionais enfrentadas pelos cientistas sociais.” Em sua sociologia da sociologia da violência, Paixão detém-se no que ele considera serem “dois mitos da sociologia do crime e do controle social no Brasil. O primeiro deles — o mito do marginal criminoso — é caro a duas tradições sociológicas importantes: o marxismo e o funcionalismo(...). O segundo — o mito das classes perigosas — relata os efeitos agregados de escolhas criminosas sobre a ordem da sociedade.” Após evidenciar a fragilidade subjacente a estas leituras interpretativas da organização da criminalidade, o autor sugere ser de outra “natureza o problema sociológico do crime e do controle social (já que) as questões aí colocadas transcendem o âmbito estrito da sociologia dos problemas sociais...” Estas questões estão presentes na tradição de Marx, Durkheim e Weber, onde o crime e o controle social são pretextos para o estudo da ordem social e dos processos socio-políticos de estabilidade e mudança. As limitações da explicação sociológica apontadas pelos dois “Pontos de Vista” remetem a questões que havíamos ressaltado no início desta apresentação e que dizem respeito à distinção entre o fenômeno e suas representações, entre o fenômeno e suas manifestações empíricas, ou entre o problema social e o sociológico.

A busca de conhecimento e compreensão da questão da violência é uma tarefa irrecusável para o sociólogo e para sua sociologia. Mesmo que, para alguns, isso possa parecer supérfluo em momentos — como o atual — em que a gravidade da crise e as proporções atingidas pela violência clamam por ações rápidas e enérgicas. En-

tretanto, e nisto revela-se a especificidade da nossa ciência, ainda que o resultado da reflexão sociológica possa se traduzir em subsídios para a ação de governos e políticas, ela é diferente da ação política. E sua contribuição será irresponsável se não estiver fundamentada no esforço rigoroso de conhecimento e de explicação do real que a ciência pode proporcionar, com o auxílio de uma construção conceitual responsável e rigorosa. Este foi o objetivo perseguido pela revista *Sociedade e Estado* com a organização deste volume. Nem todas as faces, formas e múltiplas dimensões da violência foram aqui contempladas. Algumas lacunas e ausências são visíveis. Quero acreditar que elas atuarão como desafio, apontando a necessidade de seguir em frente, pensando, talvez, para um futuro, não tão remoto, um volume II. Assinalo, a título de exemplo, a ausência de artigos sobre a violência contra a mulher, em suas distintas manifestações, seja no espaço público seja no privado. Da mesma forma, embora mencionada nos textos de José Vicente e de Sergio Adorno, não está aqui tratada em profundidade a violência presente no campo brasileiro. Neste caso, convém não perder de vista a magnitude e a gravidade do contexto da violência no espaço agrário brasileiro, a qual não decresce em importância enquanto objeto de análise, ainda que não atinja, no nível do imaginário coletivo e de presença na mídia, o grau de visibilidade que tem caracterizado a violência urbana.

Aproveito o momento desta apresentação para uma homenagem a minha irmã, Graça, ou Maria Grossi — como ela passou a ser conhecida desde que deixou o Brasil, em 1964. Saiu para o Chile, para uma pós-graduação em Ciência Política, na Flacso. Daí para a França, Paris. Depois, Argentina, Buenos Aires. Graça tornou-se cidadã do mundo. E foi assim que, ao final de uma viagem de trabalho, a doença se anunciou, impedindo mesmo que ela voltasse a sua casa, agora em Nova York. Morreu em Paris, justamente quando se iniciava a organização deste número.

Afora os laços que me ligam a ela e que não necessitam explicação para serem manifestados — amor e afeto são para serem vividos e não explicados — a homenagem neste momento, e através desta temática, tem um sentido. Sua atuação como *expert* das Nações Unidas, tarefa realizada em seus últimos anos de vida, junto a países que se redemocratizavam após longos períodos de regimes autoritários, foi uma luta contra a violência, e a favor de soluções cada

vez mais institucionalizadas para conflitos sociais das mais diversas naturezas. Nesta condição trabalhou em países como Nicarágua, Haiti, Malawi, Angola, Zaire, entre outros. Embora sem perder a visão dos limites de seu potencial de atuação, pois conhecia a natureza das relações entre ciência e ação (anteriormente mencionadas), assumiu com obstinação suas funções, vivenciando, junto às populações com as quais atuava, os efeitos e, por quê não dizer, o medo desta violência que ela desejava ver, se não eliminada totalmente, pelo menos enfraquecida. Realizou, não sem dificuldades, mas com enorme vontade e maior competência um verdadeiro trabalho de socióloga, que ela de fato era. Só não conseguiu vencer a morte, violência maior, quando se é jovem e se quer viver.

Espero e desejo que sua luta não tenha sido em vão.

Uma última palavra para agradecer a todos, autores e pareceristas, por sua participação.

Maria Stela Grossi Porto
(organizadora)